



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

O regime de habitação pública exclui os residentes que já têm casa, mesmo que velha e degradada, com problemas de infiltrações de água e sem elevador, o que é bastante injusto para quem há 20, 30 ou 40 anos comprou casa com as suas poupanças. A reconstrução dos bairros antigos pode permitir-lhes melhorar as condições e o ambiente habitacional, através da reconstrução dos seus prédios, e ter elevador, resolvendo as dificuldades dos idosos. Esta foi a razão inicial da reconstrução dos bairros antigos, ou seja, elevar a qualidade de vida dos residentes.

Melhorar a qualidade de vida dos residentes através da reconstrução dos bairros antigos foi o que o primeiro Chefe do Executivo, Edmund Ho, definiu na sua recandidatura em 2004. Mas passados 14 anos, ainda não há uma data para isso, a reconstrução dos bairros antigos passou a reordenamento dos bairros antigos, e, neste momento, é já renovação urbana. Uma ideia cada vez mais vaga e abstracta, a reconstrução dos prédios velhos dos bairros antigos passou a renovação da cidade, deixando a reconstrução dos bairros antigos sem data.

Em Outubro do ano passado, apresentei uma interpelação escrita, questionando o Governo sobre quando vai apresentar, novamente, à AL, uma proposta de lei sobre a reconstrução dos bairros antigos, e na sua resposta de Novembro, o Governo foge à questão, afirmando apenas que vai recorrer a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

“várias formas” e consoante as “necessidades efectivas” para proceder à revisão dos diplomas, que a proposta de lei sobre o regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios já estava concluída, e que em Maio do ano passado tinha sido publicado o despacho que aprova a criação de um plano provisório de apoio financeiro para a inspecção de partes comuns de edifícios das classes P e M no âmbito do Fundo de Reparação Predial. Esse despacho concede apenas apoio financeiro para a inspecção, não tendo qualquer ligação directa com a reconstrução dos bairros antigos. E o referido regime de benefícios fiscais apenas concede benefícios fiscais, pode ser útil para quem tem capacidade financeira para tomar a iniciativa de reconstruir o seu prédio, mas é totalmente inútil para a maioria dos moradores dos prédios antigos, por não terem essa capacidade. Sempre defendemos que a reconstrução dos bairros antigos se destina a melhorar a qualidade de vida dos residentes, por isso, deve afastar-se, ao máximo, das actividades lucrativas de construtores privados. E deve ser o Governo a liderar os trabalhos, para evitar que a reconstrução se transforme numa tragédia, com os pobres expulsos dos bairros antigos, através de uma compensação, para depois se desenvolverem projectos imobiliários. Se a reconstrução for liderada pelo Governo ou por uma empresa sem fins lucrativos criada pelo Governo, os benefícios fiscais passam a ser irrelevantes.

Da referida resposta resulta que a proposta de lei sobre a reconstrução dos bairros antigos não está incluída na agenda do Conselho para a Renovação Urbana, a qual, sob a liderança do Governo, se concentra apenas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

na discussão da “habitação provisória”, que sem dúvida, faz parte essencial do plano de reconstrução. Mas se não houver uma data para concretizar os referidos trabalhos legislativos, então, que significado tem a criação de “habitação provisória”?

Assim sendo, volto a interpelar o Governo sobre o seguinte:

1. A reconstrução dos bairros antigos foi anunciada há 13 anos, mas até agora não se viu nenhum avanço. Em 2012, havia uma proposta de lei sobre o reordenamento dos bairros antigos, mas devido à falta de ponderação detalhada, o Governo não avançou, e em 2013, a referida proposta acabou por ser retirada. Teoricamente, se for possível ter como base a Proposta de lei de reordenamento dos bairros antigos, apresentada em 2012, fazendo uma revisão rigorosa às deficiências existentes e procedendo aos devidos ajustamentos, então, deixa de haver dificuldades, ao nível técnico-jurídico, para definir uma proposta de lei que corresponda às necessidades sociais de Macau. Por que é que o Governo adiou a proposta de lei em causa, que ainda não se encontra concluída nem está incluída na sua agenda?

2. 5 anos após a retirada da proposta de lei em 2013, o Governo recorre a mais um malabarismo, alterando a ideia de reconstrução dos bairros antigos para “renovação urbana”, por isso, a concretização da reconstrução dos bairros antigos fica sem data. Quando é que o Governo vai apresentar novamente à AL uma proposta de lei sobre a reconstrução dos bairros antigos, para melhorar o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ambiente habitacional dos idosos que moram nos bairros antigos do Iao Hon, San Kio e Praia do Manduco, e elevar a sua qualidade de vida?

3. Segundo a resposta do Governo, em Novembro do ano passado, este aprovou a proposta do Conselho para a Renovação Urbana, de criar uma empresa com capital total público para promover os trabalhos de renovação urbana. Será que cabe a essa empresa executar os trabalhos de reconstrução urbana (uma vez que há semelhanças entre a "renovação urbana" e o "reordenamento dos bairros antigos", mas na realidade são dois conceitos diferentes)? Se sim, então, qual é o ponto de situação da produção legislativa respectiva? Quando é que é possível essa criação, com vista ao executar dos trabalhos de reconstrução urbana?

12 de Abril de 2018

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San